



INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR (CNPJ 23.453.830/0017-37)
 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			
	Notas	2025	2024
ATIVO Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.243.083	10.570.822
Contas a receber	5	-	5.888.076
Estoques	6	2.102.183	1.757.888
Outros créditos		164.058	340.452
Despesas antecipadas		18.381	21.354
Depósitos judiciais	13	20.799	101.349
Contratos de gestão	3m	47.546.217	50.048.649
Total do Ativo Circulante		75.094.721	68.728.590
Não Circulante			
Imobilizado - Próprio	7a	2.089.155	1.340.024
Imobiliz. - Contrato de Gestão	7b	2.262.080	2.927.386
Intangível - Próprio	7c	81.390	102.548
Intang. - Contrato de Gestão	7d	-	2.580
Total do Ativo não Circulante		4.432.625	4.372.538
Total do Ativo		79.527.346	73.101.128
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	8	3.157.072	2.947.903
Obrigações trabalhistas	9	1.709.379	1.704.243
Obrigações sociais	10	312.315	267.241
Obrigações fiscais		192.011	168.148
Outras contas a pagar	11	86.549	92.025
Partes relacionadas	12	167.810	160.149
Contratos de gestão	3m	47.546.217	50.048.649
Total do Passivo Circulante		53.171.353	55.388.358
Não Circulante			
Receitas diferidas	14	2.299.310	3.014.100
Provisões para contingências	13	250.306	266.932
Total do Passivo não Circulante		2.549.616	3.281.032
Patrimônio Social			
Patrimônio social		14.431.738	8.567.019
Superávit acumulado		9.374.639	5.864.719
Total do Patrimônio Social		23.806.377	14.431.738
Total do Passivo e Patrim. Social		79.527.346	73.101.128
Demonstrações de resultados e de result. abrangentes			
	Notas	2025	2024
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		68.301.686	55.397.836
Receita Líquida		68.301.686	55.397.836
Custos			
Serviços de terceiros	(33.859.113)	(28.153.227)	
Pessoal e encargos	(11.259.603)	(10.610.849)	
Materiais e medicamentos	(8.036.208)	(4.785.636)	
Superávit Líquido		15.146.762	11.848.124
Despesas			
Pessoal e encargos	(2.814.901)	(2.652.712)	
Impostos, taxas e contribuições	(60.743)	(8.123)	
Depreciação/amortização	(820.154)	(741.851)	
Despesas gerais e administrativas	(3.926.019)	(3.962.096)	
Superávit Antes do Result. Financ.		7.524.945	4.483.342
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras	(75.733)	(33.836)	
Receitas financeiras	1.215.885	565.864	
Superávit Antes de		8.665.097	5.015.370
Outras Despesas e Receitas		8.665.097	5.015.370
Doações e subvenções	-	-	
Outras receitas e despesas	709.542	849.349	
Superávit do Exercício		9.374.639	5.864.719
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultado abrangentes		9.374.639	5.864.719

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. **b. Contrato de Gestão:** Considerando o Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2024 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde e Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretária de Estado de Saúde do Pará - SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidas no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), vigente até 15 de setembro de 2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acum.	Total
Saldos em 31/12/2023	10.892.073	(2.325.054)	8.567.019
Incorp. ao Patr. Social	(2.325.054)	2.325.054	-
Superávit do Exercício	-	5.864.719	5.864.719
Saldos em 31/12/2024	8.567.019	5.864.719	14.431.738
Incorp. ao Patrimônio Social	5.864.719	(5.864.719)	-
Superávit do Exercício	-	9.374.639	9.374.639
Saldos em 31/12/2025	14.431.738	9.374.639	23.806.377

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.374.639	5.864.719
Superávit do Exercício	9.374.639	5.864.719
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa	-	-
Depreciação/Amortização	820.154	713.884
Provisões para Contingências	(16.626)	266.932
Superávit do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo	10.178.167	6.845.535
Contas a Receber	5.888.076	(5.888.076)
Estoques	(344.295)	99.041
Outros Créditos	176.394	(48.145)
Despesas Antecipadas	2.973	62
Depósitos Judiciais	80.550	(36.871)
Aumento / (Redução) do Passivo	209.169	232.854
Fornecedores	209.169	232.854
Obrigações Trabalhistas	5.136	149.253
Obrigações Sociais	45.074	8.603
Obrigações Fiscais	23.863	12.434
Outras Contas a Pagar	(5.476)	11.307
Receitas Diferidas	(714.790)	(968.151)
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	15.544.841	417.846
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(880.241)	(470.031)
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(880.241)	(470.031)
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	9.132
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(880.241)	(460.899)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.661	57.834
Partes Relacionadas	7.661	57.834
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	7.661	57.834
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.672.261	14.781
No início do exercício	10.570.822	10.556.041
Novo do exercício	25.243.083	10.570.822
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do exerc.	14.672.261	14.781

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2025	2024
Receitas	69.011.228	56.247.185
Serviços prestados pacientes SUS	68.301.686	55.397.836
Outras receitas e despesas	709.542	849.349
(-) Glosas	-	-
Insunhos adquiridos de terceiros	(45.821.340)	(36.900.959)
Serviços de terceiros	(33.859.113)	(28.153.227)
Materiais e medic., Desp. gerais e adm.	(11.962.227)	(8.747.732)
Valor adicionado bruto (1-2)	23.189.888	19.346.226
Retenções	(820.154)	(741.851)
Depreciação/amortização	(820.154)	(741.851)
Valor adic. liq. prod. pela entid. (3-4)	22.369.734	18.604.375
Valor adic. recebido em transferência	1.215.885	565.864
Receitas financeiras	1.215.885	565.864
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	23.585.619	19.170.239
Distribuição do valor adicionado	23.585.619	19.170.239
Pessoal e encargos	14.074.503	13.263.561
Impostos, taxas e contribuições	60.744	8.123
Despesas financeiras	75.733	33.836
Superávit / (Déficit) do Exercício	9.374.639	5.864.719

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021, e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 20 de Fevereiro de 2026. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos

ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benfeitorias	10%
Instalações	10%
Eq. Pedagógicos	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Aparelhos Telefônicos	20%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

Taxa Anual de Amortização - %	
Direito de uso	20%
Software	20%

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. nReconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido